

**HABEAS CORPUS Nº 503.072 - SP (2019/0099117-2)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : FABIO CUNHA LOUREIRO**  
**ADVOGADO : FÁBIO CUNHA LOUREIRO - DF043462**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CESAR AUGUSTO MOREIRA**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. POSSIBILIDADE. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CESAR AUGUSTO MOREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 0021495-81.2016.8.26.0506.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, como incurso no art. 14, *caput*, da Lei n.º 10.826/2003, às penas de 02 (dois) anos, 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, e 12 (doze) dias-multa, pois "*portava, sem autorização, uma arma de fogo, de uso permitido, Rossi, calibre 38, número W 169694, municiada, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar*" (fl. 23).

Irresignado, o Sentenciado interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente provido pelo Tribunal estadual para "*reduzir suas penas para dois (2) anos e quatro (4) meses de reclusão e onze (11) dias-multa, e fixar o regime inicial de cumprimento semiaberto, mantida, no mais, a condenação de primeira instância*" (fl. 12).

Neste *writ*, o Impetrante alega, preliminarmente, que, no caso, embora não tenha sido determinada a execução provisória da pena, pois foram opostos embargos de declaração, certamente ocorrerá tal determinação após esgotadas as instâncias ordinárias, ocasionando constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do Paciente.

Sustenta, assim, a inidoneidade do entendimento jurisprudencial que permite a execução da reprimenda antes do trânsito em julgado, sobretudo porque é divergente nos Tribunais Superiores e existem indícios de que será alterado em breve.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 46-48).

O pedido de reconsideração da decisão liminar foi indeferido (fls. 95-98).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 124-127, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Decido.

A ordem não deve ser concedida.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE n.º 964.246 RG/SP, julgado sob o regime de repercussão geral, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria no sentido de que "[...] a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal" (ARE 964.246 RG, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, DJe de 25/11/2016).

No mesmo sentido:

"[...]"

**2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 126.292/SP, por maioria de votos, firmou o entendimento de que é possível a execução provisória de acórdão penal condenatório, ainda que sujeito a recursos de natureza extraordinária, não havendo que se falar em ofensa ao princípio da presunção de inocência, compreensão que foi recentemente confirmada pelo aludido colegiado ao apreciar as ADCs 43 e 44.**

3. Em atenção ao que decidido pelo Pretório Excelso, este Sodalício passou a admitir a execução provisória da pena, ainda que determinada em recurso exclusivo da defesa, afastando as alegações de reformatio in pejus e de necessidade de comprovação da presença dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, uma vez que a prisão decorrente da decisão que confirma a condenação encontra-se na competência do juízo revisional, não dependendo da insurgência da acusação. Precedentes.

4. Na espécie, à luz do que decidido pela Corte Suprema, não há qualquer ilegalidade na execução provisória da pena imposta à paciente, uma vez que já esgotada a instância ordinária, aguardando-se atualmente, o julgamento dos reclamos de natureza extraordinária interpostos pela sua defesa.

5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 440.459/PR,

Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

